



Concurso Público para provimento de cargos de Defensor Público

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PRIMEIRA FASE PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A educação conduz para melhoria da qualidade de vida do povo.

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 (cinco) horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**BLOCO I****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de número 1 a 12.

Tomando resolutamente a sério as narrativas dos “selvagens”, a análise estrutural nos ensina, já há alguns anos, que tais narrativas são precisamente muito sérias e que nelas se articula um sistema de interrogações que elevam o pensamento mítico ao plano do pensamento propriamente dito. Sabendo a partir de agora, graças às *Mitológicas*, de Claude Lévi-Strauss, que os mitos não falam para nada dizerem, eles adquirem a nossos olhos um novo prestígio; e, certamente, investi-los assim de tal gravidade não é atribuir-lhes demasiada honra.

Talvez, entretanto, o interesse muito recente que suscitam os mitos corra o risco de nos levar a tomá-los muito “a sério” desta vez e, por assim dizer, a avaliar mal sua dimensão de pensamento. Se, em suma, deixássemos na sombra seus aspectos mais acentuados, veríamos difundir-se uma espécie de mitomania esquecida de um traço todavia comum a muitos mitos, e não exclusivo de sua gravidade: o seu humor.

Não menos sérios para os que narram (os índios, por exemplo) do que para os que os recolhem ou leem, os mitos podem, entretanto, desenvolver uma intensa impressão de cômico; eles desempenham às vezes a função explícita de divertir os ouvintes, de desencadear sua hilaridade. Se estamos preocupados em preservar integralmente a verdade dos mitos, não devemos subestimar o alcance real do riso que eles provocam e considerar que um mito pode ao mesmo tempo falar de coisas solenes e fazer rir aqueles que o escutam.

A vida cotidiana dos “primitivos”, apesar de sua dureza, não se desenvolve sempre sob o signo do esforço ou da inquietude; também eles sabem propiciar-se verdadeiros momentos de distensão, e seu senso agudo do ridículo os faz várias vezes caçar de seus próprios temores. Ora, não raro essas culturas confiam a seus mitos a tarefa de distrair os homens, desdramatizando, de certa forma, sua existência.

Essas narrativas, ora burlscas, ora libertinas, mas nem por isso desprovidas de alguma poesia, são bem conhecidas de todos os membros da tribo, jovens e velhos; mas, quando eles têm vontade de rir realmente, pedem a algum velho versado no saber tradicional para contá-las mais uma vez. O efeito nunca se desmente: os sorrisos do início passam a cacarejos mal reprimidos, o riso explode em francas gargalhadas que acabam transformando-se em uivos de alegria.

(Adaptado de: CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. São Paulo, Ubu, 2017)

1. De acordo com o texto,

- (A) a comicidade dos mitos tende a fazê-los abdicar de seus traços religiosos, ao contrário do que defendia Lévi-Strauss, de modo que as histórias e a cultura indígenas são relegadas a segundo plano.
- (B) a hilaridade característica dos mitos indígenas os diferencia dos de nossa cultura, de modo que, ao aplicarmos nosso modo de pensar sobre suas narrativas, atribuímo-lhes equivocadamente uma dimensão de pensamento.
- (C) comprova o caráter cômico das narrativas indígenas a pesquisa levada a cabo por Lévi-Strauss, em suas *Mitológicas*, que analisou a prática de anciãos se tornarem narradores de histórias para divertir a tribo.
- (D) a seriedade com que aprendemos a considerar os mitos dos povos indígenas, característica de fato presente em suas narrativas, muitas vezes, no entanto, convive com um aspecto cômico, que costumamos ignorar.
- (E) a mitomania é um traço característico das tribos indígenas, razão pela qual se deve desconfiar das pesquisas etnográficas que tomam todas as narrativas como verdade, não atentando para o uso ficcional da mentira.

2. As frases abaixo dizem respeito à pontuação do texto.

- I. No segmento ... *não exclusivo de sua gravidade: o seu humor...* (2º parágrafo), os dois-pontos podem ser substituídos por travessão, uma vez que se segue um aposto relativo ao termo “traço”, presente na mesma frase.
- II. No segmento ... *para os que narram (os índios, por exemplo)...* (3º parágrafo), os parênteses podem ser suprimidos, mantendo-se a correção, desde que se acrescente uma vírgula imediatamente após “exemplo”.
- III. No segmento ... *do esforço ou da inquietude; também eles sabem...* (4º parágrafo), o ponto e vírgula pode ser substituído por dois-pontos, sem prejuízo da correção, uma vez que a ele se segue uma explicação.

Está correto o que consta APENAS de:

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) I.
- (E) II e III.



3. Mantendo-se a correção e, em linhas gerais, o sentido original, os termos sublinhados em *Sabendo a partir de agora, graças às Mitológicas...* (1º parágrafo) e *...desdramatizando, de certa forma, sua existência...* (4º parágrafo) podem ser substituídos por:
- (A) Uma vez que se sabe – de modo a desdramatizar
 - (B) Ainda que se saiba – a fim de desdramatizar
 - (C) Conquanto se sabe – porque se desdramatize
 - (D) Uma vez que se saiba – à medida que se desdramatize
 - (E) Muito embora se sabe – a ponto de desdramatizar-se

4. *deixássemos na sombra seus aspectos mais acentuados* (2º parágrafo)
eles desempenham às vezes a função explícita (3º parágrafo)
senso agudo do ridículo os faz várias vezes (4º parágrafo)

Os termos sublinhados acima referem-se respectivamente a:

- (A) mitos – os que narram – primitivos
- (B) pensamento – mitos – primitivos
- (C) mitos – mitos – primitivos
- (D) mitos – os que narram – momentos de distensão
- (E) pensamento – mitos – momentos de distensão

5. *... não devemos subestimar o alcance real do riso que eles provocam e considerar que um mito pode ao mesmo tempo falar de coisas solenes...* (3º parágrafo)

Uma nova redação para a frase acima, em que se mantém a clareza, o sentido e a correção, está em:

- (A) Não devemos subestimar o alcance real do riso que eles provocam e, todavia, considerar que um mito pode ao mesmo tempo falar de coisas solenes...
- (B) Não só devemos subestimar o alcance real do riso que eles provocam, mas também considerar que um mito pode ao mesmo tempo falar de coisas solenes...
- (C) Não devemos subestimar o alcance real do riso que eles provocam, a fim de considerar que um mito pode ao mesmo tempo falar de coisas solenes...
- (D) Não devemos nem subestimar o alcance real do riso que eles provocam, nem considerar que um mito pode ao mesmo tempo falar de coisas solenes...
- (E) Não devemos subestimar o alcance real do riso que eles provocam, mas considerar que um mito pode ao mesmo tempo falar de coisas solenes...

6. Considerando o contexto, está correto o que se afirma em:

- (A) **caçoar** (4º parágrafo) está empregado em sentido metafórico.
- (B) "**primitivos**" (4º parágrafo) e "**selvagens**" (1º parágrafo) são sinônimos.
- (C) **mitos** e **pensamento** (2º parágrafo) são antônimos.
- (D) "**selvagens**" (1º parágrafo) é hiperônimo de **homens**.
- (E) "**primitivos**" (4º parágrafo) está empregado de forma irônica.

7. A flexão do verbo em destaque deve-se ao elemento sublinhado em:

- (A) *e seu senso agudo do ridículo os faz várias vezes caçoar* (4º parágrafo)
- (B) *o interesse muito recente que **suscitam** os mitos corra o risco* (2º parágrafo)
- (C) *que **acabam** transformando-se em uivos de alegria* (último parágrafo)
- (D) *do que para os que os **recolhem** ou leem* (3º parágrafo)
- (E) *tais narrativas são precisamente muito sérias e que nelas **se articula** um sistema* (1º parágrafo)

8. Quanto à coesão do texto, é correto afirmar que

- (A) é dada pela repetição do termo "mito", seus derivados e sinônimos, como "mitomania", "hilaridade", "cacarejos" e "narrativas".
- (B) se estabelece sobretudo pelo uso de pronomes e de termos que, embora de sentido diverso, têm uma mesma referência, como "selvagem", "índio", "primitivo", "membro da tribo".
- (C) é estruturada na oposição entre pensamento mítico e humor, por um lado, e na referenciação entre os segmentos textuais estabelecida principalmente pelos pronomes.
- (D) se articula a partir do uso de expressões adverbiais, como "certamente", "mais uma vez", "às vezes", "a sério", "talvez", que ligam as estruturas sintáticas, intensificando seu sentido.
- (E) é construída mediante a pontuação expressiva e o uso dos verbos ora no pretérito, ora no presente do indicativo, a fim de indicar um percurso temporal no desenvolvimento da argumentação.



9. *Essas narrativas, ora burlescas, ora libertinas, mas nem por isso desprovidas de alguma poesia, são bem conhecidas de todos os membros da tribo, jovens e velhos...* (último parágrafo)

Uma redação alternativa para o segmento acima, em que se mantêm a correção e, em linhas gerais, o sentido original, encontra-se em:

- (A) Essas narrativas, bem conhecidas por todos na tribo, sem distinção de idade, não obstante sejam elas jocosas ou libertinas, guardam um matiz poético.
- (B) Seja pelos velhos, seja pelos jovens, tais narrativas são bem conhecidas na tribo, não obstante, mantenham um caráter poético, tanto as burlescas como as libertinas.
- (C) Tais narrativas, tão farsescas quanto libertinas, desde que guardem um tom poético, são de todos bem conhecidas, indistintamente se de jovens ou velhos.
- (D) Mesmo que desprovidas de caráter poético, seja por serem burlescas ou lúbricas, essas narrativas são por toda a tribo conhecidas, de velhos e jovens.
- (E) Todas as pessoas da tribo, de jovens a velhos conhecem tais narrativas, nem que sejam por isso libertinas ou burlescas, pois que conservam um caráter poético.

10. Se, em suma, deixássemos na sombra seus aspectos mais acentuados, veríamos difundir-se uma espécie de mitomania... (2º parágrafo)

No segmento acima, caso se substitua o termo sublinhado por “Quando”, os verbos deverão adotar a seguinte forma:

- (A) deixamos – vemos difundir-se
- (B) deixemos – veremos difundir-se
- (C) deixarmos – vejamos difundir-se
- (D) deixamos – vejamos difundir-se
- (E) deixemos – vemos difundir-se

11. Caso a oração sublinhada no segmento ... nos levar a tomá-los muito “a sério” desta vez e [...] a avaliar mal sua dimensão de pensamento... (2º parágrafo) seja subordinada à anterior, atribui-se um sentido adequado ao contexto em:

- (A) nos levar a tomá-los mais “a sério”, do que a avaliar mal sua dimensão de pensamento
- (B) nos levar a tomá-los tão “a sério”, quanto a avaliar mal sua dimensão de pensamento
- (C) nos levar a tomá-los “a sério” desta vez a tal ponto que avaliemos mal sua dimensão de pensamento
- (D) nos levar a tomá-los demasiadamente “a sério”; portanto, a avaliar mal sua dimensão de pensamento
- (E) nos levar a tomá-los muito “a sério”, para que se avalie mal sua dimensão de pensamento

12. Pode-se inferir da argumentação de Pierre Clastres que

- (A) as diferenças culturais se atenuam das mais diversas formas, quando se analisam as crenças de cada povo, seja pelo uso do humor, seja pela seriedade.
- (B) nos falta muitas vezes um conhecimento aprofundado de nossa própria cultura, para que possamos estabelecer confrontos produtivos com a cultura indígena.
- (C) nossos métodos de pesquisa se acomodam rapidamente às primeiras descobertas, quando, na verdade, poderiam ser refutadas por um raciocínio consequente.
- (D) costumamos interpretar com seriedade as narrativas mitológicas, o que nem sempre é adequado no tocante aos mitos indígenas.
- (E) os mitos guardam um sentido profundo da verdade de seus povos de origem, ainda que sua interpretação não possa prescindir de bases universais de análise.

13. Caso se queira minorar o destaque dado ao sujeito responsável por determinado ato, deve-se adotar a estruturação sintática exemplificada por:

- (A) Estamos acostumados a rir do que é baixo ou vil, e atribuímos uma natureza solene às histórias elevadas.
- (B) Em seus depoimentos, os indígenas queixavam-se pelo fato de os brancos considerarem-nos como objetos de museu.
- (C) À chegada dos antropólogos, os índios escondiam o aparelho de televisão, rindo-se do olhar sisudo que os perscrutava.
- (D) O riso, em nossa sociedade, muitas vezes corrobora a ordem moral estabelecida, sobretudo quando se volta contra o que é posto à margem.
- (E) As histórias tinham sido contadas com riqueza de detalhes, de modo que todos foram transportados para dentro da ação.



Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de número 14 a 18.

O pintor Carlos Scliar atinge no momento presente uma serenidade que é característica simples e pura de um artista sem ansiedades e sem inquietações, serenidade que esteve sempre presente num José Pancetti e que permanece também unanimemente na obra de um Milton Dacosta, de um Guignard ou Iberê Camargo, serenidade que é uma espécie de densidade, de conteúdo irreduzível e inalienável, símbolo de uma fatalidade e de uma vontade de arte que deixa de ser esforço para ser personalidade e natureza.

Na hora exata em que os pintores, na sua maioria, se comprazem com o exame tão só das derivações da cor, a apreciação de um pintor que leva as suas indagações mais além, isto é, às derivações da luz, da semelhança, das formas objetiva ou indeterminada merece ser meditada dentro de uma avaliação mais detida e menos sumária.

Scliar faz parte do número desses artistas que não dão à ocupação com as artes um sentido partidário, não é “concretista”, nem “figurista”, nem “geométrico”, nem “informal”, quero crer que também em sua vida habitual não torce pelo Flamengo ou pelo Vasco, e sendo assim apartidário é bem o exemplo daquele pintor que leva as suas indagações além da fixação das diferenciações de um único atributo da pintura. Diz Ortega y Gasset, com boa parte de verdade, que o homem é uma máquina de preferir; apenas com boa parte de verdade, digo eu, porque esta preferência não é constante e imutável, mas sofre incessantemente as flutuações do desejo, da esperança e da curiosidade.

A insistência numa única e determinada coisa preferida revela um espírito de ascese e solidão, de hermetismo e alheamento que se distancia da vida – e a maior parte da pintura moderna se distancia da vida! Por isso o pintor Carlos Scliar, revalorizando certas qualidades estéticas, fazendo novamente e humanamente respeitar os valores da exatidão, da virtuosidade e da dificuldade, procura reintegrar a pintura na sua totalidade e na sua grandeza. Procura reintegrá-la numa verdade da qual nunca se afastou, podemos afirmar, a arte musical, tantas vezes tomada como exemplo ou paradigma para as outras artes.

As preferências de Scliar, entretanto, não fogem de ser limitadas apenas nesses valores específicos e abstratos, também se realizam em termos mais genéricos: na natureza-morta, na paisagem, no retrato. As variações de cor, de luz, de tonalidades das suas naturezas-mortas demonstram uma intimidade com os objetos, uma variável constância, uma assiduidade, uma vigília; os seres prediletos dos seus quadros de natureza-morta dão a impressão de que estão velando, de que estão assistindo ao pintor no trabalho e no cuidado da obra elaborada, estão ali prestando-lhe o conforto da sua utilidade, trazendo-lhe a evidência do seu mutismo e docilidade, confiando-lhe, silenciosamente, os segredos de Morandi.

(CARDOZO, J. “Carlos Scliar”, *Habitat*, SP, 1961)

14. De acordo com o texto,

- (A) o pintor Carlos Scliar, a despeito de inúmeros elogios, é criticado pelo autor do texto por seu caráter indeciso quanto à filiação a uma das escolas modernistas de arte, razão pela qual é ironizado em comparação com times de futebol.
- (B) o autor discorda parcialmente de Ortega y Gasset, pois, muito embora seja o homem uma “máquina de preferir”, tal característica é matizada pelo desejo, que o desvia constantemente de suas escolhas.
- (C) o pintor Carlos Scliar é caracterizado como possuidor de uma personalidade renitente, alheia ao diálogo e às mudanças de temática e estilo, a ponto de sua pintura ter aspecto passadista.
- (D) com perspectivas limitadas, a pintura de Carlos Scliar endossa o argumento de Ortega y Gasset, de que o homem, enquanto “máquina de preferir”, tende a fixar-se em um universo limitado de escolhas.
- (E) o aprimoramento técnico leva Carlos Scliar a perscrutar questões herméticas e a distanciar-se do cotidiano, o que torna sua arte pouco assimilável, apesar de não limitada a escolhas simples quanto à temática.

15. Sobre o primeiro parágrafo, é correto afirmar:

- (A) As orações coordenadas por justaposição assumem propositadamente tom poético, de forma a diferenciar-se de um discurso acadêmico ou científico, caracterizado sobremaneira pela precisão das orações subordinadas.
- (B) Após uma oração verbal, as demais orações, de caráter nominal, são uma a uma justapostas, sem uso de conetivos, com a intenção de revelar características sobrepostas e cada vez mais profundas da pintura de Scliar.
- (C) É de sintaxe eminentemente nominal, em que a ênfase e as orações adjetivas demonstram uma tentativa de definição de uma característica própria da pintura de Scliar.
- (D) A repetição do termo “serenidade” procura relativizar o sentido da palavra, conferindo-lhe uma dimensão poética, corroborada pelas orações substantivas que caracterizam o período como majoritariamente nominal.
- (E) A menção a outros artistas e a repetição do termo “serenidade”, inseridas em períodos coordenados, privilegia uma horizontalidade sintática que sugere a disposição de todos esses artistas em um mesmo nível de importância.



16. Considerado o contexto, traduz-se adequadamente um segmento do texto em:

- (A) *a evidência do seu mutismo e docilidade* = a prova de sua latência e brandura
- (B) *uma variável constância* = uma volúvel imutabilidade
- (C) *um espírito de ascese e solidão* = uma alma indisciplinada e solitária
- (D) *a impressão de que estão velando* = a sensação de que estão em vigília
- (E) *valores específicos e abstratos* = atributos exclusivos e meditativos

17. ... *esta preferência não é constante e imutável, mas sofre incessantemente as flutuações do desejo...* (3º parágrafo)

A redação em que se atenua a oposição acima encontra-se em:

- (A) Esta preferência não é constante e imutável, embora sofra incessantemente as flutuações do desejo.
- (B) Para que esta preferência não seja constante e imutável, sofre incessantemente as flutuações do desejo.
- (C) Como seja constante e imutável, sofre incessantemente as flutuações do desejo.
- (D) Esta preferência não é constante e imutável, desde que sofra incessantemente as flutuações do desejo.
- (E) Na medida em que esta preferência é inconstante e imutável, sofre incessantemente as flutuações do desejo.

18. A respeito da pontuação do texto, está INCORRETO o que consta de:

- (A) Em *e sendo assim apertado é bem o exemplo daquele pintor* (3º parágrafo), o segmento sublinhado pode ser isolado por vírgulas, uma vez que se trata de oração intercalada.
- (B) Em *e a maior parte da pintura moderna se distancia da vida!* (4º parágrafo), o ponto de exclamação, por ser justamente pontuação expressiva, torna evidente que o aposto em questão guarda uma opinião do autor do texto.
- (C) Em *esteve sempre presente num José Pancetti e que permanece também* (1º parágrafo), pode-se acrescentar uma vírgula imediatamente após "Pancetti", uma vez que o "e" subsequente liga duas orações de sujeitos diferentes.
- (D) Em *das formas objetiva ou indeterminada merece ser meditada* (2º parágrafo), pode-se acrescentar uma vírgula imediatamente após o termo "indeterminada", por questão de clareza do enunciado.
- (E) No 3º parágrafo, o uso das aspas denota o afastamento do autor do texto quanto às agremiações artísticas presas a um único atributo pictórico.

19. *Quem observar seriamente a situação das artes plásticas modernas, e em especial a pintura, há de concluir elas, depois de tantas transformações benéficas passaram, estão hoje reduzidas a simples material de pesquisa, em laboratório de análise, foram banidas as qualidades mais ardentes do espírito: o sentimento, a emoção, a inspiração etc., substituídas pela observação fria e a experiência racional.*

(CARDOZO, J. *Gravuras de Carlos Scliar*, Módulo, RJ, 1956.)

Preenche respectivamente as lacunas o que se encontra em:

- (A) por – por que – de que
- (B) porque – pelas quais – em que
- (C) porque – às quais – que
- (D) que – por que – de onde
- (E) que – às quais – aonde

20. *eu disse: sou um nômade*

tu disseste: tens a febre do deserto

eu disse: tenho uma vontade de ir

tu disseste: do deserto conheces as miragens

eu disse: e a lonjura que dentro de mim vai

tu disseste: em ti quero viajar

(SOUSA, Emanuel de. *Eurídice*. Lisboa, Quetzal Editores, 1989)

Os dois primeiros versos do poema encontram-se transpostos para o discurso indireto, com clareza e correção, em:

- (A) Dizendo que sou um nômade, respondeu-lhe que tinha a febre do deserto.
- (B) Eu lhe disse que era um nômade, ao que respondeu-me que tenho a febre do deserto.
- (C) Ao dizer-te que sou um nômade, respondes-me que tens a febre do deserto.
- (D) Quando te digo que sou um nômade, me respondeste que tenho a febre do deserto.
- (E) Disse-lhe que era um nômade, e sua resposta foi que tinhas a febre do deserto.

**BLOCO II****Direito Constitucional**

21. Sobre a evolução histórica das constituições brasileiras, considere:
- I. A Constituição brasileira de 1824 reconhecia quatro Poderes Políticos: o Poder Moderador, o Poder Legislativo, o Poder Judicial e o Poder Federativo.
 - II. A Constituição brasileira de 1934, resultado dos trabalhos de uma assembleia nacional constituinte, previa a existência da Justiça Eleitoral.
 - III. Vedava-se, consoante a Constituição brasileira de 1946, o registro de qualquer partido político cujo programa ou ação contrariasse o regime democrático.
- Está correto o que consta APENAS de:
- (A) II.
 - (B) III.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.
-
22. Montesquieu, ao analisar a Constituição da Inglaterra, descreve o princípio da separação de poderes e sustenta que
- (A) ao poder legislativo cabe estabelecer a segurança e prevenir as invasões.
 - (B) não há perigo para a liberdade se a mesma pessoa reúne o poder executivo e o poder legislativo.
 - (C) os juízes da nação constituem “a boca que pronuncia as palavras da lei”, devendo agir de modo inventivo e inovador.
 - (D) o poder legislativo será composto por dois corpos distintos, que deliberarão em separado.
 - (E) o povo não pode, nos grandes estados, ter representantes no poder legislativo.
-
23. Um projeto de lei ordinária foi aprovado, por maioria simples, em ambas as Casas do Congresso Nacional. O Presidente da República, ao considerar o referido projeto integralmente inconstitucional, exerceu seu poder de veto. De acordo com as normas do processo legislativo pátrio,
- (A) se o veto não for mantido pelo Poder Legislativo, o projeto será enviado ao Presidente da República, para promulgação.
 - (B) o Congresso Nacional não pode rejeitar tal veto, cuja motivação é o exercício do controle de constitucionalidade.
 - (C) basta a maioria simples dos deputados e dos senadores para a rejeição do veto, pois é necessário manter o equilíbrio entre o Legislativo e o Executivo.
 - (D) a rejeição do veto, pela maioria absoluta dos deputados e dos senadores, exigirá escrutínio secreto.
 - (E) é defeso o veto total, cujo efeito seria conflito agudo entre os poderes.
-
24. A liberdade de associação, em nossa Constituição, compreende
- (A) a criação de entidades de caráter paramilitar.
 - (B) a proibição absoluta da dissolução compulsória das associações, ainda que por força de decisão judicial transitada em julgado.
 - (C) o direito de criar associação, independentemente de autorização.
 - (D) o direito de constituir cooperativa, somente se existir autorização pela autoridade competente.
 - (E) o direito de petição a qualquer associação ou cooperativa.
-
25. As Comissões Parlamentares de Inquérito, constituídas no âmbito do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal,
- (A) não estão sujeitas a controle jurisdicional de abusos porque é preciso preservar a independência do Poder Legislativo.
 - (B) são projeção orgânica do Poder Legislativo e estão sujeitas ao controle jurisdicional originário do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) decretam, de modo legítimo e por autoridade própria, a quebra do sigilo fiscal de pessoas por elas investigadas, sem necessidade de motivação.
 - (D) se requeridas pelas minorias legislativas, mediante pedido subscrito por um terço dos parlamentares, dependem da anuência das maiorias parlamentares, uma vez que constituem prerrogativa constitucional destas últimas.
 - (E) investem-se de poderes de investigação próprios da autoridade judicial, podendo apurar fatos indeterminados.



26. A incompatibilidade vertical das normas de grau inferior com as normas da Constituição Federal e a violação destas pela inércia legislativa é resolvida por intermédio de mecanismos criados pelo legislador constituinte. Quanto ao controle de constitucionalidade,
- (A) o direito brasileiro prevê expressamente a possibilidade de modulação dos efeitos da decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em sede de controle concentrado, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, não admitindo o Supremo Tribunal Federal a modulação no controle difuso.
 - (B) as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Poder Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (C) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de normas em curso de formação via ação direta de inconstitucionalidade, possuindo o Procurador-Geral da República, contudo, legitimidade para impetrar mandado de segurança para coibir violação às disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo de projeto de lei ou de emenda constitucional em tramitação.
 - (D) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte, viola a cláusula de reserva de plenário prevista na Constituição Federal, sendo, no entanto, inaplicável a regra do *full bench* quando a decisão for proferida em sede cautelar.
 - (E) compete privativamente à Câmara dos Deputados, mediante resolução, suspender a execução, no todo ou em parte, de lei federal, estadual ou municipal declarada inconstitucional por decisão do Supremo Tribunal Federal de modo incidental, no controle difuso de constitucionalidade.
-
27. Sobre o Poder Executivo, é correto afirmar que
- (A) qualquer cidadão pode denunciar o Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade, sendo ele submetido a julgamento perante o Senado Federal caso a Câmara dos Deputados, por três quintos dos seus membros, admita a acusação.
 - (B) compete privativamente ao Presidente da República, dentre outras atribuições previstas no artigo 84 da Constituição Federal, cujo rol é taxativo, dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
 - (C) ao contrário dos crimes de responsabilidade, somente o Procurador-Geral da República possui legitimidade para acusar o Presidente da República pela prática de infração penal comum, sendo ele submetido a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal caso a Câmara dos Deputados, por dois terços dos seus membros, admita a acusação.
 - (D) o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Senado Federal, ausentar-se do país por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.
 - (E) as prerrogativas extraordinárias de caráter processual penal, consistentes na imunidade à prisão cautelar e a qualquer processo penal por atos estranhos ao exercício de suas funções, são inerentes ao Presidente da República enquanto Chefe de Estado, não podendo ser estendidas aos demais chefes do Poder Executivo pelas constituições estaduais e leis orgânicas.
-
28. Sobre o Poder Judiciário e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar:
- (A) Compete ao Tribunal de Justiça ou ao Tribunal Regional Federal, conforme o caso, julgar o *habeas corpus* contra decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais, estando superada a Súmula 690 do Supremo Tribunal Federal, mas o julgamento de mandado de segurança contra ato de Turma Recursal cabe à própria Turma.
 - (B) A competência originária do Supremo Tribunal Federal está definida em rol exaustivo da Constituição Federal, não sendo admitido o processo e julgamento pela Suprema Corte de ação popular mesmo que instaurada contra autoridades que, em sede de mandado de segurança, estão sujeitas à jurisdição imediata do Tribunal, a exemplo do Presidente da República.
 - (C) No recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, a fim de que o Supremo Tribunal Federal examine sua admissão, não se aplicando o requisito ao recurso extraordinário em matéria criminal, em razão da imanente repercussão geral, pois em jogo, de regra, a liberdade de locomoção, prevista no rol dos direitos fundamentais.
 - (D) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso, não sendo a medida cabível, contudo, quando ajuizada em data posterior ao trânsito em julgado da decisão reclamada.
 - (E) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas relativas ao restabelecimento de benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho, propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social.

**Direito Administrativo**

29. Em uma unidade prisional brasileira, superlotada e na qual ocorrem violações diárias de direitos humanos pela ausência de condições mínimas de saúde, higiene, segurança e preservação da intimidade, um preso cumpriu integralmente o tempo correspondente de privação de liberdade de determinada pena. No período, foi assediado moral e fisicamente de várias formas, ficou diversas vezes privado de sol e de banho, não dormiu por muitas noites por falta de colchões, desenvolveu doença pulmonar e ficou viciado em *crack*, substância com a qual jamais havia tido contato antes da privação de liberdade. O Estado em que situada a unidade prisional passa por gravíssima crise financeira e atrasa salários de seus servidores, mas aplica na gestão da saúde, educação e segurança pública os percentuais constitucionais e legais mínimos previstos, além de gastar nos limites de sua lei orçamentária, o que foi respeitado durante todo o período em que o apenado cumpriu pena. Considerando a situação acima e a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal, decidida em sede de repercussão geral, que se assemelha ao fato narrado, considerada a Teoria da Reserva do Possível, os danos experimentados pelo preso
- (A) poderão ser indenizados pelo Estado se houver comprovação de culpa na fiscalização das condições de saúde e de higiene da unidade prisional, sendo irrelevante conhecer se foram aplicados todos os recursos previstos na lei orçamentária nas áreas da segurança e saúde prisional.
 - (B) poderão ser indenizados pelo Estado independentemente de comprovação de culpa na fiscalização das condições de saúde e higiene da unidade prisional, apenas se comprovados que foram insuficientes os recursos públicos legalmente destinados à segurança e saúde prisional.
 - (C) poderão ser indenizados pelo Estado se ainda houver disponibilidade de recursos que na prática não foram aplicados na área prisional, pois do Estado não pode ser exigido mais do que o possível dentro de sua reserva orçamentária.
 - (D) deverão ser indenizados pelo Estado independentemente de comprovação de culpa na fiscalização das condições de saúde e higiene da unidade prisional, mas apenas os danos materiais, não se incluindo aí os morais, sendo irrelevante conhecer se foram aplicados todos os recursos previstos na lei orçamentária nas áreas da segurança e saúde prisional.
 - (E) deverão ser indenizados pelo Estado, tanto os danos materiais como os morais, independentemente de comprovação de culpa na fiscalização das condições de saúde e higiene da unidade prisional, sendo irrelevante conhecer se foram aplicados todos os recursos previstos na lei orçamentária nas áreas da segurança e saúde prisional.
-
30. Acerca dos poderes administrativos de polícia, regulamentar e disciplinar, considere as assertivas a seguir:
- I. A elaboração de lei dispondo acerca da implementação de programa de restrição ao trânsito de veículos automotores, conhecida atualmente como “rodízio”, não se insere na conceituação do poder de polícia, mas do poder disciplinar.
 - II. Não se pode cobrar taxa dos contribuintes em razão do exercício do poder de polícia.
 - III. O poder de polícia pode ser delegado para entidade integrante da Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito privado, integrante da administração pública, desde que haja lei formal.
 - IV. A autoexecutoriedade e a coercibilidade são características do poder de polícia.
- Está correto o que consta APENAS de:
- (A) I, III e IV.
 - (B) II e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) I e II.
-
31. Em relação aos bens públicos, é correto afirmar:
- (A) A desafetação suprime a finalidade pública de um bem, eliminando algum de seus atributos, como o da disponibilidade, transformando, assim, um bem de uso comum do povo em um bem de uso especial.
 - (B) A afetação de um bem a um serviço público somente pode ser feita por meio de lei, não podendo ser feita por ato administrativo nem pelo mero uso do bem.
 - (C) É possível haver sequestro de valores nas contas de ente público, por meio de comando judicial, quando a pretensão visa a assegurar direitos fundamentais, como educação e saúde.
 - (D) Os bens públicos não estão sujeitos à prescrição aquisitiva, salvo os dominicais.
 - (E) A alienação de bens públicos móveis inservíveis, embora dispensada a autorização legislativa e a demonstração do interesse público a justificar o ato, está condicionada à modalidade licitatória de concorrência.
-
32. Acerca da desconcentração e descentralização, é correto afirmar:
- (A) A descentralização se consubstancia na transferência de poderes e atribuições para um sujeito de direito distinto e autônomo.
 - (B) A criação de uma autarquia se consubstancia em uma desconcentração.
 - (C) Ocorre descentralização quando há criação de um Ministério pelo Presidente da República, atribuindo-lhe parcela de competência que, até então, era sua.
 - (D) Na desconcentração nunca haverá a criação de novos órgãos públicos.
 - (E) A distribuição interna de competências é hipótese de descentralização.



33. Em relação aos atos administrativos, é INCORRETO afirmar:
- (A) O ato de delegação da competência para a prática de determinado ato administrativo retira da autoridade delegante a possibilidade de também praticá-lo.
 - (B) A motivação não é obrigatória em todos os atos administrativos.
 - (C) Há atos administrativos despidos de autoexecutoriedade.
 - (D) Os atos administrativos, quando editados, trazem em si uma presunção relativa de legitimidade.
 - (E) A motivação do ato administrativo se consubstancia na exposição dos motivos, sendo a demonstração das razões que levaram à prática do ato.
-
34. No que tange à desapropriação, é correto afirmar:
- (A) A desapropriação por utilidade pública é aquela que decorre de um imperativo irremovível e indispensável, pressupondo-se que sem ela não se pode iniciar, alcançar ou continuar o interesse público.
 - (B) A desapropriação por necessidade pública é aquela que se revela necessária para alcançar uma posição conveniente e vantajosa para a Administração Pública.
 - (C) Tredestinação ou tresdestinação é a modificação legítima realizada no decorrer do procedimento expropriatório, viabilizada pela supremacia do interesse público, que possibilita a alteração de uma desapropriação por utilidade pública em desapropriação por necessidade pública e vice-versa, caracterizando mero desvio de finalidade genérico.
 - (D) O desvio de finalidade genérico possibilita a retrocessão, consequência que não ocorre no desvio de finalidade específico, caso em que poderá ser convalidado o desvio, ressalvados alguns casos previstos em lei, como a desapropriação destinada à implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda.
 - (E) Para viabilizar o interesse público na esfera de competência material de todos os entes federativos, a Constituição Federal outorgou competência legislativa concorrente para a União, os Estados e os Municípios.
-
35. Sobre provimento e deslocamento de cargo público, é INCORRETO afirmar:
- (A) Reintegração é o retorno do servidor estável ao cargo que ocupava e do qual foi ilegalmente desligado.
 - (B) Readaptação é o retorno do servidor inativo à atividade quando for constatada por perícia médica a insubsistência dos motivos da aposentadoria.
 - (C) Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo que ocupava por inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo público para o qual foi nomeado.
 - (D) Aproveitamento é o retorno de servidor estável, que se encontrava em disponibilidade, ao mesmo cargo que ocupava ou equivalente em atribuições e vencimentos.
 - (E) Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, vago ou ocupado, para outro órgão ou ente vinculado a um mesmo Poder.
-
36. Acerca do tema improbidade administrativa, é INCORRETO afirmar:
- (A) O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é que, para que seja reconhecida a tipificação da conduta do réu como incurso nas prescrições da Lei de Improbidade Administrativa, é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo, para os atos que importem enriquecimento ilícito (artigo 9º) e que atentem contra os Princípios da Administração Pública (artigo 11), e, ao menos pela culpa, nas hipóteses de atos que causem prejuízo ao erário (artigo 10).
 - (B) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.
 - (C) É viável o manejo da ação civil de improbidade exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.
 - (D) Estão também sujeitos às penalidades da Lei nº 8.429/92 os responsáveis pelos atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nesses casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
 - (E) Da decisão que receber a petição inicial, caberá agravo de instrumento.
-

Direito Tributário

37. Sobre o crédito tributário, é correto afirmar:
- (A) A anistia é causa de exclusão do crédito tributário.
 - (B) A isenção é causa de extinção do crédito tributário.
 - (C) A compensação é causa de suspensão do crédito tributário.
 - (D) A moratória é causa de exclusão do crédito tributário.
 - (E) A prescrição é causa de exclusão do crédito tributário.
-



38. Considerando-se as competências tributárias previstas na Constituição Federal, é autorizada
- (A) à União a instituição de impostos sobre produtos industrializados.
 - (B) aos Estados e ao Distrito Federal a instituição de impostos sobre operações de câmbio.
 - (C) à União a instituição de impostos sobre a propriedade de veículos automotores.
 - (D) aos Municípios a instituição de impostos sobre circulação de mercadorias.
 - (E) aos Estados e ao Distrito Federal a instituição de imposto sobre grandes fortunas.
-
39. Quanto ao entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre o imposto incidente sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), analise as assertivas abaixo:
- I. Constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadorias de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.
 - II. O ICMS incide no serviço dos provedores de acesso à internet.
 - III. O ICMS não incide sobre o serviço de habilitação de telefone celular.
 - IV. O ICMS não incide sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público.
 - V. É devida a cobrança de ICMS nas operações ou prestações de serviço de transporte terrestre interestadual e intermunicipal de passageiros e de cargas.
- Está correto o que consta APENAS de:
- (A) II, III e IV.
 - (B) I, IV e V.
 - (C) III, IV e V.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II e V.

40. Ulisses, titular de empresa individual de responsabilidade limitada, possui um modesto restaurante na periferia do Município de Sertão das Flores, onde serve lanches e vende bebidas e artesanato local. No dia 02/05/2018, ele foi autuado por agente fiscal do município, por falta de pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza. Para efeito da lavratura do auto de lançamento, a base de cálculo utilizada foi o valor total das operações, retroativamente a 03/05/2013. Ulisses, pessoa de pouca instrução, e confiando na incorreção da tributação, por já recolher o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, deixou transcorrer o prazo para impugnação na esfera administrativa e recebeu citação para pagamento de R\$ 20.000,00 com juros e multa de mora e encargos, no prazo de 5 dias, ou garantir a execução, sob pena de penhora de bens.
- Com base nessa situação hipotética, analise as assertivas abaixo:
- I. A rigor, Ulisses deve garantir a execução fiscal para ajuizar os embargos e suspender a exigibilidade do crédito tributário, conforme prevê o art. 16, § 1º, da Lei nº 6.830/80.
 - II. Comprovada a insuficiência econômica, Ulisses pode ser assistido pela Defensoria Pública, que terá o prazo de 15 dias para ajuizar os embargos à execução fiscal, contados da juntada do aviso de recebimento da carta de citação aos autos.
 - III. A autuação lavrada pelo fisco municipal foi equivocada, pois, conforme a jurisprudência do STJ, o fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.
 - IV. A Defensoria Pública não possui a prerrogativa de intimação pessoal nas execuções fiscais, porque a Lei nº 6.830/80 tem natureza especial e prevê tão somente a intimação pessoal do representante judicial da Fazenda Pública.
 - V. Pela jurisprudência do STJ, Ulisses não se eximirá do pagamento simultâneo do ICMS e do ISS, pois essa é uma hipótese de exceção ao princípio do *non bis in idem* na tributação.
- Está correto o que consta APENAS de:
- (A) II e III.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II, III e V.
 - (E) II, IV e V.

BLOCO III**Direito Civil**

41. Sobre os bens, é correto afirmar:
- (A) O direito de habitação é um bem móvel.
 - (B) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, os aparelhos de adaptação para direção por deficiente físico são pertencas.
 - (C) A energia extraída de uma usina hidrelétrica é um bem imóvel.
 - (D) Não é possível convencionar a indivisibilidade de bens naturalmente divisíveis e fungíveis.
 - (E) O imóvel financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação, de titularidade da Caixa Econômica Federal, mas ocupado por particular há mais de 15 (quinze) anos, considera-se bem particular, consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.



42. Sobre os defeitos e invalidades do negócio jurídico, analise as assertivas abaixo.
- I. É anulável, pela configuração de estado de perigo, o negócio jurídico praticado pelo agente que se encontra com fundado temor de dano iminente aos seus bens.
 - II. Os negócios jurídicos nulos não podem ser confirmados, ainda que contenham os requisitos de outro.
 - III. A sentença que anular o negócio jurídico praticado com dolo alcançará credor solidário.
- Está correto o que consta APENAS de:
- (A) III.
 - (B) II.
 - (C) I.
 - (D) I e III.
 - (E) I e II.
-
43. João, capaz, com 19 anos de idade, decide propor cumprimento da sentença que fixa alimentos contra seu genitor, que nunca pagou os alimentos fixados quando do divórcio. Em caso de ajuizamento da ação,
- (A) considerada a maioria de João, apenas é possível a proposição de cumprimento de sentença para cobrar as últimas três parcelas alimentares vencidas.
 - (B) considerada a maioria de João, não é possível que o genitor tenha sua liberdade restringida em razão da dívida alimentar.
 - (C) o cumprimento de sentença deverá ser limitado às prestações vencidas e inadimplidas nos últimos dois anos.
 - (D) o cumprimento de sentença poderá abranger todas as parcelas vencidas e inadimplidas.
 - (E) o divórcio dos pais de João é relevante para definição do termo inicial da contagem do prazo prescricional.
-
44. Maria cresceu sem conhecer seu pai. Aos 30 anos, soube que era filha de João, o qual teve declarada sua morte presumida há 11 anos. Ainda assim, Maria resolve propor ação para investigação da paternidade contra a sucessão de João. Sobre a prova necessária para demonstrar a paternidade,
- (A) considerando que se desconhece a existência de restos mortais, não é possível provar a paternidade.
 - (B) é possível provar a paternidade, ainda que os herdeiros se neguem a realizar o exame pericial.
 - (C) a presunção advinda da negativa em realizar o exame pericial não pode ser oposta aos herdeiros.
 - (D) se inexistirem herdeiros, não é possível provar a paternidade, pois fundamental a prova pericial.
 - (E) se Maria tiver pai registral, com quem tenha vínculo afetivo, não é possível propor a ação para buscar conhecer sua origem genética.
-
45. Pedro, plenamente capaz, apresentou queixa-crime contra Paulo, igualmente capaz, alegando ter sido vítima de injúria. No juízo criminal, realizada audiência preliminar, não concordaram as partes em conciliar. Ato contínuo, foi oferecida representação por parte de Pedro e apresentada, pelo Ministério Público, proposta de transação penal, a qual foi integralmente aceita por Paulo. Assim, ante a transação penal realizada, restou Paulo obrigado a pagar o valor correspondente a uma cesta básica em favor de entidade de cunho assistencial, a ser designada pelo juízo. Nesse caso,
- (A) a transação penal realizada por Paulo gera presunção absoluta de culpa em eventual ação de reparação de dano civil proposta por Pedro.
 - (B) a transação penal realizada por Paulo gera presunção relativa de culpa em eventual ação de reparação de dano civil proposta por Pedro.
 - (C) poderá Paulo, em relação à ação que tenha por objeto apurar a responsabilidade civil pelo ocorrido, questionar a existência do fato ou sobre quem seja o seu autor.
 - (D) Paulo não poderá, quando da ação de reparação civil, questionar a existência do fato ou sobre quem seja o seu autor, uma vez que essas questões já se acham decididas no juízo criminal.
 - (E) a impossibilidade de Pedro provar o prejuízo material sofrido em razão da injúria é óbice para que seja indenizado na esfera cível.
-
46. O contrato de fiança é o instrumento pelo qual uma pessoa garante satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não a cumpra. Considerando as normas que regulamentam o instituto da fiança, avalie as seguintes asserções e a relação proposta por elas:
- I. A estipulação da fiança é condicionada ao consentimento expresso do devedor.
PORQUE
 - II. A fiança deve se dar por escrito e não admite interpretação extensiva.
- Nesse caso,
- (A) a asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
 - (B) as asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa da I.
 - (C) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
 - (D) a asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
 - (E) as asserções I e II são proposições falsas.



47. O Condomínio Edifício, cuja característica é a existência, em edificações, de partes que são propriedade exclusiva, e partes que são propriedade comum dos condôminos, devido às suas peculiaridades, está disciplinado em Capítulo próprio do Código Civil, distinto daquele destinado ao regramento do Condomínio Geral. No que diz respeito ao Condomínio Edifício,
- (A) as despesas relativas a partes comuns de uso exclusivo de um condômino incumbem, por igual, a todos os condôminos.
 - (B) a realização de obras voluptuárias depende do voto da maioria dos condôminos.
 - (C) a construção de outro pavimento depende da aprovação da maioria absoluta dos condôminos.
 - (D) as obras ou reparos, ainda que necessários, dependem de prévia autorização para serem realizadas.
 - (E) o adquirente de unidade responde pelos débitos do alienante, em relação ao condomínio, inclusive multas e juros moratórios.

48. Sobre o direito das sucessões, analise as assertivas abaixo.

- I. A sucessão se abre no local do óbito do falecido.
- II. A sucessão regula-se pela lei vigente na época de abertura do inventário.
- III. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros testamentários.

Está correto o que consta de:

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Processual Civil

49. Em relação ao Capítulo das Provas no Código de Processo Civil, considere as seguintes afirmações.

- I. A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á, de imediato, o teor e a vigência.
- II. A distribuição diversa do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, antes ou durante o processo.
- III. Os fatos notórios dependem de prova, quando controvertidos por alguma das partes.
- IV. Caberá ao juiz, mediante requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

Está correto o que consta APENAS de:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

50. Sobre o recurso de Agravo de Instrumento e suas disposições no Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- (A) Caberá agravo de instrumento, dentre outras hipóteses, contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.
- (B) Quer sejam eletrônicos os autos do processo, quer sejam físicos, a petição de agravo de instrumento será instruída obrigatoriamente com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
- (C) O juízo de primeiro grau pode atribuir efeito suspensivo ao recurso de agravo de instrumento, desde que o agravante demonstre a probabilidade de provimento do recurso ou, sendo relevante a fundamentação, se houver risco de dano grave ou de difícil reparação.
- (D) A má formação do instrumento de agravo por ausência de peça obrigatória só é sanável por motivo de força maior que, se não comprovado, enseja a imediata inadmissão do recurso.
- (E) A juntada aos autos do processo, pela parte agravante, de cópia da petição de agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que o instruíram é facultada ao agravante no prazo de 03 dias, contados da efetiva interposição, mas a omissão dessa providência não autoriza a inadmissão do recurso.



51. João, possessor de imóvel urbano há 25 anos, procurou a Defensoria Pública da sua Comarca, noticiando ter recebido mandado judicial de citação e intimação expedido em ação de reintegração de posse, com a determinação de que o desocupasse no prazo máximo de 10 dias, sob pena de ser expedido mandado de reintegração forçada. Em pesquisa realizada, o Defensor Público responsável pelo caso notou tratar-se de medida liminar deferida em favor da parte autora e que o mandado recebido por João ainda não havia sido juntado aos autos do processo.

Nesse caso,

- (A) o prazo recursal para João impugnar a medida liminar de reintegração de posse somente se inicia após a juntada do mandado aos autos do processo, sendo intempestivo o recurso interposto antes de tal data.
- (B) se existir alguma omissão na decisão que deferiu a medida liminar de reintegração de posse em face de João, poderão ser opostos embargos de declaração, mas a interposição do referido recurso não interromperá o prazo da contestação.
- (C) João poderá demandar proteção possessória no mesmo processo, em sede de contestação, assim como postular indenização por prejuízos sofridos, mas apenas se resultantes de esbulho cometido pelo autor.
- (D) no referido processo, se houvesse a designação de justificação prévia, o prazo para contestação seria contado da audiência de justificação, caso ausente o requerido, desde que tivesse sido intimado para comparecimento.
- (E) se João demonstrar a carência de idoneidade financeira do autor para suportar as perdas e danos no caso de sucumbência, a lei processual expressamente prevê que este seja obrigado a prestar caução real ou fidejussória, sob pena de reversão da medida liminar deferida.

52. Pedro, quando se dirigia para casa em sua bicicleta, restou atingido por uma bola de futebol oriunda da quadra esportiva ABC Esportes, pessoa jurídica, empresa de locação de quadras esportivas, na qual locatários disputavam uma partida. Na ocasião, identificou-se que um dos integrantes da partida, João, num instante de raiva, chutou a bola para cima inadvertidamente, vindo o objeto, assim, a atingir Pedro. Em virtude disso, Pedro sofreu uma queda, causando danos a sua bicicleta, avaliados em R\$ 700,00 (setecentos reais), além de ter sofrido uma fratura no braço esquerdo, despendendo R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em seu tratamento e ficando impossibilitado de disputar a final do campeonato de padel que disputaria no dia seguinte ao acidente. Diante de tais fatos, se

- (A) ajuizada demanda em face da ABC Esportes no Procedimento Comum e verificada a hipótese de desconsideração da personalidade jurídica da ré, deverão seus sócios ser intimados para habilitação no feito no prazo de 10 dias.
- (B) a ação restar ajuizada em face da ABC Esportes pelo Procedimento Comum, poderá a ré utilizar-se do instituto do chamamento ao processo em face de João, desde que entenda estarem presentes fundamentos para uma eventual ação regressiva em face desse.
- (C) Pedro optar pelo ajuizamento de demanda no Juizado Especial Cível, não haverá impedimento legal para que se forme um litisconsórcio passivo entre ABC Esportes e João.
- (D) João habilitar-se como assistente simples da ré ABC Esportes em demanda ajuizada por Pedro, estaria ele – João – impedido de discutir a justiça da decisão após o trânsito em julgado da sentença exarada no processo, ainda que desconhecesse alegações ou provas que lhe eram favoráveis e que a ré ABC Esportes, por culpa, não tenha se utilizado.
- (E) a ABC Esportes, em sendo demandada por Pedro, denunciar João à lide, mas vencer a demanda principal, o pedido de denúncia da lide não será examinado, não havendo ônus sucumbenciais entre denunciante e denunciado.

53. Em relação aos atos processuais e ao processo eletrônico, é correto afirmar:

- (A) As partes podem estabelecer calendário para a prática dos atos processuais, independentemente da participação do juiz, mas sua aplicação dependerá de posterior homologação judicial.
- (B) Salvo quando aceito pela parte contrária, o documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos quando acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.
- (C) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento, não se aplicando tal regra, todavia, aos processos eletrônicos.
- (D) Nos processos eletrônicos, a juntada de petições ou de manifestações em geral será realizada mediante ato de serventuário da justiça, que certificará o dia e a hora da prática do ato.
- (E) O Código de Processo Civil consagra como regra que tramitam em segredo de justiça os processos que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos, guarda e quaisquer outros que envolverem interesses de incapazes.

54. No que se refere ao instituto do litisconsórcio é correto afirmar:

- (A) A vontade de duas ou mais pessoas é elemento suficiente para que figurem juntos no mesmo polo processual, caso em que se tem litisconsórcio facultativo.
- (B) Nos casos de litisconsórcio necessário o regime de tratamento é sempre também de litisconsórcio unitário, pois o juiz não poderá decidir o mérito de modo não uniforme entre os litisconsortes.
- (C) A limitação ao litisconsórcio multitudinário pode ser feita pelo juiz de ofício ou a requerimento da parte e é viável tanto no litisconsórcio facultativo quanto no necessário.
- (D) O CPC vigente consagra o princípio da independência entre os litisconsortes, mas abre exceção em caso de litisconsórcio unitário, ao permitir que os atos de um dos litisconsortes aproveitem aos demais.
- (E) A sentença de mérito proferida em processo no qual não tenham sido citados todos os litisconsortes necessários será sempre nula.



55. Sobre os recursos no Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) Se os recursos de agravo de instrumento e apelação houverem de ser julgados na mesma sessão, será declarada a perda do objeto do recurso de agravo de instrumento.
 - (B) Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, aplicando-se a mesma regra ao julgamento não unânime proferido em agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito.
 - (C) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
 - (D) O recorrente comprovará a ocorrência de feriado local, se intimado pelo relator para tanto.
 - (E) A parte recorrente pode desistir unilateralmente do recurso, mas essa desistência não afeta a apreciação de eventual recurso adesivo da contraparte, nem impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos especiais ou extraordinários repetitivos.

56. Acerca da tutela provisória no Código de Processo Civil, é INCORRETO:
- (A) A tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303 do Código de Processo Civil, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, mas qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada.
 - (B) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
 - (C) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
 - (D) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
 - (E) Durante as férias forenses e nos feriados, não se praticarão atos processuais, excetuando-se, dentre outros, as tutelas provisórias.

Direito do Consumidor

57. A respeito do microsistema consumerista e da proteção ao consumidor no ordenamento jurídico, considere:
- I. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe de cláusulas abertas e de conceitos legais indeterminados, que permitem melhor adequação ao caso concreto.
 - II. Em consonância com a Constituição Federal de 1988, a defesa do consumidor constitui um direito fundamental de proteção à pessoa em situação de vulnerabilidade.
 - III. Consoante teoria do diálogo das fontes e o próprio Código de Defesa do Consumidor, admite-se a aplicação da norma mais favorável ao consumidor, mesmo que esta se encontre externamente ao microsistema consumerista.
 - IV. O consumidor é vulnerável e hipossuficiente no mercado de consumo consoante presunção *jure et de jure*.
- É correto o que consta APENAS de:
- (A) I e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, II e IV.

58. Aureliano procurou a Defensoria Pública para orientação jurídica acerca de um contrato de crédito pessoal à pessoa física, modalidade por adesão, que firmou com o Banco Cred-Mais. Sustentou que o pactuado lhe era excessivamente oneroso, razão pela qual não conseguia mais adimplir as prestações mensais do financiamento.

Com foco na proteção contratual ao consumidor e no entendimento preponderante do Superior Tribunal de Justiça, mostra-se possível a modificação judicial com o argumento da abusividade na cláusula que

- (A) estipula juros remuneratórios com taxa superior a um por cento ao mês, porém inferior à taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, em relação ao mesmo período.
- (B) prevê taxa anual dos juros remuneratórios superior ao duodécuplo da taxa mensal contratada.
- (C) prevê cobrança de comissão de permanência, para o caso de inadimplência, de forma alternativa à multa de mora e aos juros, sendo o índice expressamente limitado ao somatório destes.
- (D) estipula o seguro prestamista no corpo do próprio contrato de empréstimo.
- (E) estipula os juros de mora, cumulativos aos juros remuneratórios, no patamar de um por cento ao mês.



59. Com relação à defesa do consumidor em juízo, é correto afirmar:
- (A) É incabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos.
 - (B) A estipulação de multa diária pelo juiz depende de pedido expresso do autor, sob pena de nulidade por configurar decisão *ultra petita*.
 - (C) A Defensoria Pública tem legitimação extraordinária para defesa coletiva em matéria consumerista, salvo no caso de proteção a direitos individuais homogêneos.
 - (D) É vedado, em se tratando de direitos coletivos *lato sensu*, que a liquidação e a execução da sentença sejam propostas por substituto processual diverso do autor da ação de conhecimento.
 - (E) É imprescindível à Defensoria Pública a demonstração de pertinência temática ou de hipossuficiência econômica do grupo de eventuais beneficiados individuais.

60. Joana, que paga pontualmente todas as suas contas de água, luz e telefone, mudou-se para sua nova casa em 1º de julho de 2017. Em janeiro de 2018, foi surpreendida pelo corte do abastecimento de energia nessa residência. Ao buscar explicações perante a concessionária do serviço público, essa lhe informou que existiam débitos de consumo do período de dezembro de 2015 a maio de 2017, o que totalizava dívida de mais de R\$ 5.000,00. Além do corte, houve inclusão do nome de Joana nos órgãos restritivos de crédito.

Tomando por base exclusivamente as informações contidas na relação de consumo acima narrada, é correto afirmar:

- (A) A prestação de serviço de abastecimento de energia elétrica tem natureza *propter rem*, motivo pelo qual a cobrança pela dívida anterior a 1º de julho de 2017 e o corte são lícitos.
- (B) Débitos pretéritos, ainda que os mais recentes estejam pagos, autorizam a suspensão do serviço, sob pena de locupletamento indevido do consumidor.
- (C) O fornecimento de energia elétrica é considerado um serviço público *uti singuli*, porque tem utilização individual e não compulsória, remunerada por taxa ao fornecedor, sendo obrigação de Joana quitar os débitos pretéritos.
- (D) A suspensão do fornecimento de energia elétrica por débitos pretéritos é ilícita, porém é juridicamente admissível a cobrança judicial e extrajudicial da integralidade do débito contra Joana.
- (E) A suspensão do abastecimento e a cobrança do período anterior a julho de 2017 constituem práticas ilícitas, que ensejam indenização por dano moral *in re ipsa*.

BLOCO IV

Direito Penal

61. Inconformado com o fim do casamento que mantinha com Marisa, João passa a persegui-la todos os dias. Certo dia, sabendo que a ex-mulher iria a uma festa na casa de amigos, João invade o local e, ao avistar Marisa, nos fundos da casa, atira com seu revólver calibre 38. O disparo fere Marisa no braço esquerdo, de raspão, mas atinge letalmente Leonardo, que estava logo atrás da mulher no momento do disparo e não havia sido visto pelo atirador.

Nesse caso, é correto afirmar:

- (A) A ação se amolda ao que a lei prevê como concurso formal (art. 70 do CP) e João estará sujeito às penas previstas para o homicídio qualificado como se praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, I, do CP), aumentada de um sexto até metade, nos termos do art. 70 c/c art. 73 do CP.
- (B) Se está diante de uma tentativa de homicídio e um homicídio consumado praticados em concurso material, aplicando-se ao autor, cumulativamente, as penas privativas de liberdade aplicáveis a cada um dos crimes, conforme art. 69 do CP.
- (C) Se está diante de conduta que se amolda ao conceito de crime continuado, podendo-se aplicar a pena conforme disposto no art. 71, parágrafo único, do CP – a mais grave, aumentada até o triplo.
- (D) Se está diante de conduta que se amolda ao conceito de crime continuado, aplicando-se a pena conforme disposto no art. 71, *caput*, do CP – a mais grave, aumentada de um sexto a dois terços.
- (E) A ação se amolda ao que a lei prevê como concurso formal (art. 70 do CP) e a João será aplicada pena em virtude da prática de homicídio tentado contra a mulher, qualificado por razões da condição de sexo feminino (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, I, do CP), somada àquela aplicada em razão do homicídio consumado contra o homem, nos termos do art. 70 (parte final) c/c art. 73 do CP.

62. Em 2014, por conduta perpetrada em 2011, Ataulfo foi denunciado pela prática de lesão corporal simples (art. 129, *caput*, do CP). Em 2016, por conduta perpetrada em 2015, Ataulfo viu-se novamente denunciado, dessa vez pela prática de ameaça. Já em 2017, em razão de conduta praticada em 2016, Ataulfo foi condenado pela prática de furto qualificado pelo emprego de chave falsa, sendo-lhe aplicada uma pena privativa de liberdade de 04 anos de reclusão.

Nesse caso,

- (A) é possível substituir a pena privativa de liberdade aplicada por uma pena restritiva de direitos.
- (B) não é possível substituir a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, tendo em vista a reincidência.
- (C) não é possível substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tendo em vista a natureza do crime que ensejou a condenação (furto qualificado pelo emprego de chave falsa).
- (D) não é possível substituir a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, tendo em vista a extensão da pena aplicada.
- (E) é possível substituir a pena privativa de liberdade aplicada por uma pena restritiva de direitos e multa.



63. Arquimedes dirigia seu caminhão à noite, por uma estrada de serra, com muitas curvas, péssima sinalização e sob forte chuva. Ele estava sonolento e apenas aguardava o próximo posto de combustíveis para estacionar e dormir. Motorista experiente que era, observava as regras de tráfego no local, imprimindo ao veículo a velocidade permitida no trecho.
- Entretanto, a 50 Km do posto de combustíveis mais próximo, após uma curva, Arquimedes assustou-se com um vulto que de súbito adentrou a via, imediatamente acionando os freios, sem, contudo, evitar o choque.
- Inicialmente, pensou tratar-se de um animal, mas quando desembarcou do veículo, pôde constatar que se tratava de um homem. Desesperado ao vê-lo perdendo muito sangue, Arquimedes logo acionou o serviço de socorro e emergências médicas, que chegou rapidamente ao local, constatando o óbito do homem em cujo bolso foi encontrado um bilhete de despedida. Era um suicida.
- Da leitura do enunciado, pode-se afirmar que:
- (A) Arquimedes não praticou crime, tendo em vista a incidência na hipótese da inexigibilidade de conduta diversa – excludente de culpabilidade.
 - (B) a Arquimedes deve ser imputada a prática de homicídio culposo na direção de veículo automotor, em razão de sua conduta negligente.
 - (C) a conduta de Arquimedes não reúne os elementos necessários à configuração do fato como crime.
 - (D) Arquimedes não praticou crime, uma vez que agiu em exercício regular de direito – excludente de ilicitude.
 - (E) a Arquimedes deve ser imputada a prática de homicídio doloso (dolo eventual), tendo em vista que, ao dirigir à noite, sonolento e sob chuva intensa, assumiu o risco de matar alguém.
-
64. Na madrugada de um sábado, Jorge, cabo da Polícia Militar, retornava para casa, em um bairro bastante violento da capital. Policial experiente, que já havia sido ameaçado por algumas lideranças do tráfico na região, ciente das constantes disputas entre grupos rivais que ocorriam na comunidade, Jorge era cuidadoso e sempre caminhava pelo bairro em trajes civis. A cerca de 5 metros da esquina de sua casa, Jorge assustou-se com dois homens que dobraram a esquina correndo, os quais, ao vê-lo, apontaram-lhe as armas que portavam. Diante da situação sinistra em que se via, Jorge não titubeou e agiu conforme seus treinamentos: sacou seu revólver com extrema rapidez e habilidade e, com disparos certos, atingiu letalmente os dois homens que lhe apontavam as armas.
- Jorge, então, acionou a Polícia Militar e o serviço de socorro médico de emergência, que compareceram ao local, tendo os agentes militares constatado que os homens atingidos eram dois policiais civis que participavam de uma operação contra o tráfico no bairro e se preparavam para prender alguns suspeitos em flagrante.
- Da leitura do enunciado, é correto afirmar:
- (A) Apesar de sua conduta típica e ilícita, a Jorge não deve ser aplicada qualquer pena, sendo-lhe inexigível conduta diversa diante das circunstâncias que compunham o contexto em que se viu envolvido, que o levaram a supor situação de fato que, se existisse, tornaria sua ação legítima.
 - (B) A Jorge deve ser imputada a prática de dois homicídios dolosos, em concurso material, qualificados por terem como vítimas policiais civis (art. 121, § 2º, VII – por duas vezes –, c/c art. 69, ambos do CP).
 - (C) A Jorge deve ser imputada a prática de dois homicídios dolosos, em concurso material, sem possibilidade de qualificação pela condição das vítimas, uma vez que o autor desconhecia essa circunstância (art. 121, caput – por duas vezes –, c/c art. 69, ambos do CP).
 - (D) A Jorge deve ser imputada a prática de dois homicídios culposos, em concurso formal, tendo em vista sua conduta imprudente, uma vez que efetuou os disparos sem prévia identificação e ordem de parada (art. 121, § 3º – por duas vezes –, c/c art. 70, ambos do CP).
 - (E) A Jorge não deve ser imputada a prática de crime, uma vez que agiu sob o pálio da legítima defesa enquanto excludente da ilicitude, estando sua ação especialmente justificada pelas circunstâncias da situação em que se viu envolvido – a chamada legítima defesa putativa.
-
65. O afastamento da tipicidade, quando verificada lesão penalmente irrelevante decorrente de conduta formalmente incriminada, dá-se por:
- (A) princípio da adequação social.
 - (B) princípio da intervenção mínima.
 - (C) princípio da humanidade das sanções.
 - (D) princípio da insignificância.
 - (E) ineficácia absoluta do meio ou absoluta impropriedade do objeto (crime impossível).
-
66. Em cumprimento a mandado de busca e apreensão em galpão mantido por João, Geraldo e Cleodomir – que inclusive se encontravam em reunião no local quando da ação policial –, foram apreendidos diversos cadernos em que os três preparavam a abertura e a contabilidade de uma central de jogos de azar, bem como panfletos de propaganda das atividades que ali se iniciariam em uma semana, além de mais de 20 máquinas caça-níqueis.
- Nesse caso, a conduta dos agentes
- (A) configura a prática de formação de quadrilha (art. 288 do CP).
 - (B) não é penalmente relevante.
 - (C) configura a prática da contravenção penal de exploração de jogos de azar (art. 50 do Decreto-lei nº 3.688/41).
 - (D) configura as práticas de formação de quadrilha (art. 288 do CP) e da contravenção penal de exploração de jogos de azar (art. 50 do Decreto-lei nº 3.688/41).
 - (E) configura a prática da contravenção penal de exploração de jogos de azar (art. 50 do Decreto-lei nº 3.688/41), em sua forma tentada.



67. Com 74 anos, Jairo foi definitivamente condenado pela prática de roubo simples (art. 157, *caput*, do CP). Primário e sendo-lhe inteiramente favoráveis as circunstâncias do art. 59 do CP, foi-lhe aplicada uma pena privativa de liberdade de 04 anos de reclusão. Nesse caso, considerando
- (A) a pena aplicada, é possível substituir a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos.
 - (B) a pena aplicada e a idade de Jairo quando da condenação, é possível suspender a execução da pena pelo período de 04 a 06 anos.
 - (C) a pena aplicada e a idade de Jairo quando da condenação, é possível substituir a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos.
 - (D) a pena aplicada, é impossível proceder-se à suspensão condicional da pena.
 - (E) a natureza do crime que ensejou a condenação, é impossível proceder-se à suspensão condicional da pena.

Direito Processual Penal

68. Sobre as limitações à liberdade e os procedimentos especiais, considere as assertivas abaixo:
- I. Em comunidades pacatas, a gravidade em abstrato do crime imputado, quando cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, por ser absolutamente incomum, configura, por si, fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva do acusado.
 - II. A aceitação, pelo acusado, da proposta de transação penal formulada pelo Ministério Público não é causa suspensiva ou interruptiva da fluência da prescrição.
 - III. A aceitação, pelo acusado, da proposta de suspensão condicional do processo formulada pelo Ministério Público obsta a fluência prescricional durante o prazo da suspensão.
- Está correto o que consta APENAS de:
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) I.
 - (E) II.

69. Sobre o princípio da correlação ou congruência entre imputação e julgamento, considere:
- I. Pode o juiz dar nova definição jurídica ao fato denunciado, levando em consideração elementos ou circunstâncias do crime não constantes da denúncia, mas demonstrados em instrução probatória, desde que a pena imposta ao novo delito seja inferior àquela cominada à infração penal originariamente imputada.
 - II. É possível a desclassificação da imputação de furto mediante fraude (CP, art. 155, § 4º, II) para estelionato (CP, art. 171, *caput*), independentemente de aditamento à denúncia, pois ambos são classificados como crimes patrimoniais e possuem semelhantes elementares típicas.
 - III. Pode o juiz dar nova definição jurídica ao fato denunciado, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar ao réu pena mais severa.
 - IV. Desde que não altere a classificação do delito imputado ao réu, pode o juiz considerar elementos ou circunstâncias do crime não contidos explicitamente na denúncia ou queixa, pois ao réu é possível defender-se das elementares do crime previstas em lei.
- Está correto o que consta APENAS de:
- (A) I e III.
 - (B) III e IV.
 - (C) I.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III.

70. Sobre a teoria geral da prova, considere as assertivas abaixo:
- I. No sistema acusatório puro, cabe ao juiz, concentrando as funções de acusar e julgar, determinar, *ex officio*, a produção das provas relevantes para a formação da sua convicção sobre a ocorrência do ilícito imputado ou eventuais causas excludentes da ilicitude.
 - II. É próprio dos sistemas inquisitoriais de processo penal a concessão, ao juiz, da iniciativa probatória para formação de sua livre convicção e para a busca da verdade real.
 - III. A confissão do acusado supre a falta do exame de corpo de delito, ainda que da infração penal tenham resultado vestígios.
 - IV. No crime de receptação, efetivada a prisão do agente com a posse do objeto de origem criminosa, opera-se a chamada inversão do ônus da prova no processo penal.
- Está correto o que consta APENAS de:
- (A) II e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) II.
 - (E) IV.



71. À luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, considere as assertivas abaixo:

- I. Conforme a jurisprudência do STF, a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas *a posteriori*, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados.
- II. Conforme previsão da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou de outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais, o que determina, segundo a jurisprudência do STF, a obrigatoriedade da implantação da chamada audiência de apresentação ou de custódia.
- III. Conforme previsão da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), estão compreendidos no direito de defesa a garantia de não ser obrigado a depor contra si mesmo, assim como de inquirir testemunhas que se façam presentes perante o juízo e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos.

Está correto o que consta de:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.

72. Sobre a defesa no processo penal, considere:

- I. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, deverá o juiz nomear-lhe defensor para viabilizar o imediato prosseguimento do processo-crime, resguardando, assim, o contraditório e o direito de mais ampla defesa.
- II. É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- III. Configurado o abandono de causa pelo único defensor constituído que assistia ao réu, deve o juiz nomear-lhe para assistência o Defensor Público, independentemente de intimação pessoal do acusado.

Está correto o que consta de:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.

73. Sobre o procedimento do Tribunal do Júri, considere:

- I. Nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, poderá o juiz presidente formular quesito sobre qualificadora ou causa de aumento de pena não prevista na sentença ou acórdão de pronúncia, desde que descrita previamente na denúncia oferecida pelo Ministério Público.
- II. Nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, ainda que a defesa tenha invocado em plenário somente a tese de negativa de autoria, respondidos pelos jurados, afirmativamente, os quesitos pertinentes à materialidade e à autoria do fato, será obrigatória a formulação do quesito previsto no art. 483, § 2º, do CPP ("O jurado absolve o acusado?"), para fins de preservação da soberania do tribunal popular, que poderá absolver o réu por clemência ou por argumentos diversos daqueles invocados pela defesa técnica.
- III. Se os jurados, antes de responderem ao quesito previsto no art. 483, § 2º, do CPP ("O jurado absolve o acusado?"), desclassificarem a infração penal para crime não doloso contra a vida, caberá ao juiz presidente do Tribunal Popular encerrar a quesitação, pois o julgamento caberá ao juiz togado, e não mais ao conselho de sentença.
- IV. Se o réu responde ao processo preso preventivamente, é desnecessária a motivação, nos termos da súmula vinculante nº 11 do STF, para a manutenção do uso de algemas durante a sessão de julgamento perante o Tribunal do Júri.
- V. A competência constitucional do Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função, ainda que estabelecido este exclusivamente por Constituição Estadual.

Está correto o que consta APENAS de:

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II, IV e V.
- (E) IV e V.



74. Sobre o julgamento do processo criminal nos Tribunais, considere as assertivas abaixo.

- I. No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros, o que se denomina de efeito extensivo dos recursos.
- II. Quando não for unânime a decisão de segunda instância, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, opostos pelo Ministério Público, em favor ou contra o interesse do réu, para que a matéria seja reexaminada em órgão colegiado mais amplo (grupo de câmaras ou turmas), sendo o objeto dos embargos restrito à matéria alvo de divergência.
- III. É possível a aplicação da *mutatio libelli* em segunda instância, caso em que o Procurador de Justiça atuante no Tribunal Estadual oferecerá o aditamento acusatório, nos termos do art. 384 do CPP, abrindo-se, logo a seguir, o prazo para que a defesa possa se manifestar como entender de direito.
- IV. É possível ao Tribunal de Justiça, no julgamento da apelação exclusiva do réu, aplicar a *emendatio libelli* (art. 383 do CPP), dando à imputação nova definição jurídica sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa mas, em qualquer caso, não poderá aplicar ao réu pena mais grave do que aquela definida em sentença, pela vedação da *reformatio in pejus*.

Está correto o que consta APENAS de:

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

Direito das Execuções Penais

75. Mévio, primário, foi condenado pela prática do delito de associação ao tráfico, tipificado no artigo 35, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, a expiar a pena privativa de liberdade de 04 anos e 02 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto. De acordo com a Lei de Drogas e a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Mévio deverá cumprir para obter a progressão de regime e o livramento condicional, respectivamente:

- (A) 1/6 e 1/3 da pena.
- (B) 3/5 e 1/2 da pena.
- (C) 1/6 e 2/3 da pena.
- (D) 3/5 e 2/3 da pena.
- (E) 2/5 e 1/3 da pena.

76. Considere as seguintes assertivas sobre os benefícios e incidentes na execução da pena, à luz da atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça:

- I. Como resultado de uma interpretação extensiva *in bonam partem* da norma inserta no art. 126 da Lei de Execuções Penais, é possível a hipótese de abreviação da reprimenda pela remição de pena em razão de atividades atinentes ao estudo ou ao trabalho que, embora não estejam expressas no texto legal, servem para criar condições para a harmônica integração social do condenado.
- II. A gravidade abstrata do delito constitui fundamento idôneo para a determinação de realização de exame criminológico.
- III. A data-base para subsequente progressão de regime é aquela em que o reeducando preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execuções Penais, e não a data em que houve a efetiva colocação do apenado no regime mais benéfico.

Está correto o que consta APENAS de:

- (A) I e III.
- (B) III.
- (C) I.
- (D) II e III.
- (E) I e II.



77. Sobre a prática de falta grave e considerando a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas abaixo.
- I. A prática de falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.
 - II. Para o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena, é necessária a ocorrência do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.
 - III. A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I.
 - (B) III.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) I e II.
-
78. Segundo as disposições do Decreto nº 9.246/17, é correto afirmar:
- (A) O indulto natalino coletivo será concedido às pessoas que, até 25 de dezembro de 2017, tenham cumprido 1/3 da pena, se não reincidentes, e 2/3 da pena, se reincidentes, nos crimes praticados com grave ameaça ou violência à pessoa, quando a pena privativa de liberdade for superior a quatro e igual ou inferior a oito anos.
 - (B) O tempo de cumprimento das penas previstas no artigo 1º de tal Decreto será reduzido para a pessoa que tenha neto de até quatorze anos de idade ou de qualquer idade, se com deficiência, que necessite de seus cuidados e esteja sob a sua responsabilidade.
 - (C) O indulto natalino ou a comutação de pena será concedido às pessoas condenadas por crime considerado hediondo ou a este equiparado, desde que praticado sem grave ameaça ou violência à pessoa, nos termos da Lei nº 8.072/90.
 - (D) A comutação da pena privativa de liberdade remanescente será concedida na fração de 1/5, na hipótese de o condenado, primário, ter cumprido 1/4 da pena até 25/12/2017.
 - (E) O indulto natalino ou a comutação poderá ser concedido às pessoas que tenham sido incluídas no Regime Disciplinar Diferenciado, desde que tal inclusão tenha ocorrido há mais de 01 ano da data da publicação de tal Decreto.

Criminologia

79. A legislação penal brasileira considera típico o ato de pichação (art. 65 da Lei nº 9.605/98 e Lei nº 12.408/11). Contudo, tal comportamento humano é percebido de formas diversas na sociedade, podendo também ser interpretado como arte de rua. Nesse sentido, tal interferência na paisagem urbana pode ser compreendida a partir de uma criminologia
- (A) iluminista, que afirma o delito como desvio não aceito pelo Rei, que na atualidade é representado pelo Estado.
 - (B) fenomenal, que desdobra a história do direito penal e o relaciona às tendências punitivistas contemporâneas.
 - (C) biológica, que condiciona o conhecimento do ilícito e a capacidade de autodeterminação do agente à evolução da espécie humana.
 - (D) defensivista, que pretende justificar a criminalização do comportamento ilícito na proteção dos bens coletivos.
 - (E) cultural, que introduz a estética e a dinâmica da vida cotidiana do século XXI na investigação criminológica.

80. O trecho abaixo integra uma letra musical do grupo *Facção Central*. Dentre as várias formas de interpretação desse fragmento escrito, pode-se dizer que ele suscita a reflexão sobre as técnicas de prevenção dos delitos e as formas alternativas de solução de conflitos.

“(...) Ocupamos os bondes dos 157 em transferência
Porque não fomos convidados pras feiras de ciência
Pela indução diária a trilha dos para-fal
Em vez de pena merecíamos perdão judicial.”

Com relação às funções da criminologia, e com base no trecho apresentado acima, é correto afirmar que

- (A) as situações de perdão judicial são vedadas às análises criminológicas.
- (B) a criminologia é uma matéria jurídica que veda reflexões teóricas sobre as realidades fáticas ou as narrativas artísticas.
- (C) a identificação da autoria do crime, o isolamento do local do fato e a realização das perícias são abordagens exclusivas da criminologia.
- (D) a reflexão suscitada é uma das funções da criminologia.
- (E) a criminologia se ocupa do “dever ser” e, por isso, representações sociais (como expressões artísticas) devem ser excluídas de qualquer estudo.

BLOCO V

Direitos Humanos

81. De acordo com a historiadora americana Lynn Hunt, *os direitos permanecem sujeitos a discussão porque a nossa percepção de quem tem direitos e do que são esses direitos muda constantemente. A revolução dos direitos humanos é, por definição, contínua* (A Invenção dos Direitos Humanos; uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 270). Em relação à evolução histórica do regime internacional de proteção dos direitos humanos, considere as assertivas abaixo.
- I. A Magna Carta (1215) contribuiu para a afirmação de que todo poder político deve ser legalmente limitado.
 - II. O *Habeas Corpus Act* (1679) criou regras processuais para o *habeas corpus* e robusteceu a já conhecida garantia.
 - III. Na Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) percebe-se que a dignidade da pessoa humana exige a existência de condições políticas para sua efetivação.
 - IV. O processo de universalização, sistematização e internacionalização da proteção dos direitos humanos intensificou-se após o término da 2ª Guerra Mundial.

Está correto o que consta de:

- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) I, III e IV, apenas.
 - (D) II, III e IV, apenas.
 - (E) I e IV, apenas.
82. O acusado, indígena, reincidente, foi condenado pelo crime de roubo cuja pena foi fixada em 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado. Considerando-se a Constituição Federal, o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73) e a Convenção nº 169/89 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, no caso de apelação, avalie os seguintes argumentos em razões recursais:
- I. A semiliberdade é o regime especial adequado para o cumprimento de pena imposta para o condenado indígena.
 - II. A pena deverá ser atenuada e na sua aplicação o juiz atenderá também o grau de integração do indígena.
 - III. O cumprimento de pena, sempre que possível, deve ocorrer no local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios mais próximo da habitação do condenado, salvo se a pena cominada for de reclusão.
 - IV. Como a Constituição Federal reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, deve-se dar preferência a tipos de sanções distintos do confinamento em prisão.

Está correto o que consta de:

- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II e IV, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e IV, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
83. Considerando-se a Lei nº 9.474/97, que define os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados (1951) no Brasil,
- (A) não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos reincidentes em crimes contra o patrimônio público.
 - (B) a expedição da carteira de trabalho provisória somente ocorrerá após a decisão final do reconhecimento da condição de refugiado.
 - (C) a decisão pelo reconhecimento da condição de refugiado será considerada ato declaratório e deverá estar devidamente fundamentada.
 - (D) a decisão negativa de reconhecimento da condição de refugiado não permite a interposição de recurso.
 - (E) a solicitação de refúgio não suspenderá o processo de extradição pendente, em fase administrativa ou judicial, baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio.

84. No Brasil, a partir do século XXI, percebe-se um incremento de ações e políticas públicas que estimulam a redução da desigualdade racial. Sobre o tema da discriminação racial é INCORRETO afirmar que:
- (A) a presença de pessoas negras em cargos públicos exerce um papel simbólico na sociedade.
 - (B) a diversidade étnico-racial é importante para a formação dos estudantes universitários.
 - (C) a redução da desigualdade racial exige a superação de uma perspectiva meramente formal do princípio da isonomia.
 - (D) é assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas nos estabelecimentos prisionais.
 - (E) o estudo da história geral da África é facultativo nos estabelecimentos privados de ensino médio.

**Direito da Criança e do Adolescente**

85. Em processo de destituição do poder familiar, quando da realização da audiência de instrução e julgamento, não comparece a testemunha arrolada pela parte demandada, processualmente representada pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, embora devidamente intimada. Na solenidade, diante da ausência da testemunha, o Defensor Público requer a designação de nova audiência para a sua oitiva. Todavia, o requerimento é indeferido pelo Juízo, ao argumento de que, em se tratando de processo de destituição do poder familiar, incabível a dilação de sua fase instrutória, uma vez que, estando a criança acolhida institucionalmente, o processo deve ser concluído o mais brevemente possível.

Nesse caso,

- (A) é cabível agravo retido, que deve ser oralmente interposto, na própria audiência.
- (B) é cabível agravo de instrumento, que deve ser interposto em, no máximo, 10 dias.
- (C) como não cabe recurso, deve ser a insurgência suscitada em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- (D) como não cabe recurso, resta preclusa a decisão.
- (E) é cabível mandado de segurança, a ser impetrado no prazo máximo de 180 dias.

86. Por força de remissão pré-processual ajustada entre o Ministério Público e o adolescente e seu representante legal, homologada pelo Juízo do Juizado da Infância e Juventude, ao adolescente foi aplicada medida socioeducativa de semiliberdade, em decorrência da prática, em tese, de ato infracional equiparado ao delito de estupro de vulnerável. Formado o processo de execução da medida, o adolescente foi intimado para dar início ao seu cumprimento, tendo comparecido somente uma vez à instituição onde a deveria cumprir, não mais regressando posteriormente. Diante de tal cenário, o Ministério Público requereu a revogação da remissão, oferecendo, no mesmo ato, representação contra o adolescente, tendo o Juízo, anteriormente à apreciação do pedido, determinado vista do processo de execução à Defensoria Pública.

Nesse contexto, considere as assertivas abaixo:

- I. De acordo com entendimento sumulado do TJ/RS, é obrigatória a designação de prévia audiência para a oitiva do adolescente, antes da revogação da remissão.
- II. O processo de execução da medida socioeducativa apresenta nulidade, porque não elaborado o Plano Individual de Atendimento, relativamente à medida imposta.
- III. A remissão ajustada e a própria decisão que a homologou são nulas, pois incabível a imposição de medida de semiliberdade em sede de remissão pré-processual.

Está correto o que consta APENAS de:

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II.

87. De acordo com a Lei Federal nº 13.257/2016, especificamente no que diz respeito à definição do período de primeira infância, e com o entendimento predominante no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, relativamente ao direito à educação da criança, considere:

- I. Para efeitos da Lei Federal nº 13.257/2016, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 5 anos completos ou 60 meses de vida da criança.
- II. Conforme atual entendimento dominante no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, é ilegítimo o indeferimento administrativo de matrícula no primeiro ano do ensino fundamental às crianças que não tiverem completado 06 anos de vida até 31/03 do ano em que pretendem ingressar no ensino fundamental.
- III. Conforme atual entendimento dominante no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, é dever do poder público assegurar às crianças a existência de vaga em estabelecimento de educação infantil, localizado até o limite de 2 km de sua residência, devendo, na hipótese de existência de vaga apenas em instituição mais distante, disponibilizar o transporte para a criança.

Está correto o que consta APENAS de:

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.



88. Sobre as medidas socioeducativas e sua execução, considere as assertivas abaixo:
- I. A gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida são fatores determinantes para a substituição ou não da medida por outra menos grave.
 - II. O período máximo de internação não excederá a três anos, podendo ser a medida socioeducativa imediatamente extinta ou substituída por outra menos gravosa.
 - III. As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação poderão ser reavaliadas a cada 6 meses, a critério da direção do programa de atendimento.
 - IV. É vedado à autoridade judiciária aplicar nova medida de internação, por atos infracionais praticados anteriormente, a adolescente que já tenha concluído cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza, ou que tenha sido transferido para cumprimento de medida menos rigorosa, sendo tais atos absorvidos por aqueles aos quais se impôs a medida socioeducativa extrema.

Está correto o que consta APENAS de:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

89. Com relação aos princípios que regem a execução das medidas socioeducativas previstos na Lei n.º 12.594/12, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), pelo princípio da
- (A) não discriminação, não pode o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.
 - (B) brevidade na imposição de medidas, devem-se favorecer os meios de autocomposição de conflitos.
 - (C) legalidade, não pode o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.
 - (D) individualização, a medida deve ser sempre proporcional à ofensa cometida.
 - (E) legalidade, não há ato infracional que justifique a imposição de medida socioeducativa sem prévia lei que o defina.

90. A respeito do sistema recursal previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:
- (A) Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal do Código de Processo Civil, na sua integralidade.
 - (B) Os recursos terão preferência de julgamento e dispensarão revisor, salvo quando se tratar de apelação interposta em face de sentença de procedência em ação de destituição do poder familiar.
 - (C) Antes de determinar a remessa dos autos à superior instância, no caso de apelação, ou do instrumento, no caso de agravo, a autoridade judiciária proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão, no prazo de cinco dias.
 - (D) Contra decisão que indefere alvará para autorizar a entrada de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio de futebol, caberá agravo de instrumento.
 - (E) A Fazenda Pública, o Ministério Público e a Defensoria Pública não gozam da prerrogativa do prazo recursal em dobro, por expressa disposição legal.

91. Sobre a adoção, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:
- (A) É possível a adoção por casal homoafetivo, independentemente do estado civil, desde que maiores de 21 anos.
 - (B) O adotante há de ser, pelo menos, 12 anos mais velho do que o adotando.
 - (C) Não podem adotar os ascendentes e os colaterais até terceiro grau do adotando.
 - (D) O adotando deve contar com, no máximo, 18 anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
 - (E) A adoção será precedida de estágio de convivência obrigatório com a criança ou adolescente, pelo prazo mínimo de 90 dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso.

92. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o prazo máximo para reavaliação da situação da criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional é de
- (A) 06 meses.
 - (B) 03 meses.
 - (C) 02 meses.
 - (D) 04 meses.
 - (E) 05 meses.

**Direito Institucional**

93. A Lei Complementar Estadual nº 14.130/12, que dispõe sobre a organização da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, estabelece que são direitos dos assistidos:
- I. o patrocínio de seus direitos e interesses por defensor natural, salvo nas causas patrocinadas diretamente por Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.
 - II. a informação sobre a tramitação dos processos e dos procedimentos para a realização de exames, perícias e outras providências necessárias à defesa de seus interesses.
 - III. a atuação de defensores públicos distintos quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.
 - IV. a qualidade e eficiência do atendimento e da execução das funções institucionais da Defensoria Pública.
 - V. o atendimento não presencial na hipótese de residir em comarca diversa daquela onde tramita o processo no qual o assistido figura como parte.

Está correto o que consta de:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) I, II e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

94. Consoante o artigo 15 da Lei Complementar Estadual nº 14.130/12, o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado será composto pelo Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral para Assuntos Institucionais, Corregedor-Geral, Ouvidor-Geral como membros natos
- (A) e 04 representantes estáveis da carreira designados pelo Defensor Público-Geral.
 - (B) e 04 representantes estáveis da carreira, eleitos pelo voto direto.
 - (C) e 04 representantes estáveis da carreira, eleitos pelo voto direto e representando cada uma das classes.
 - (D) além do Presidente da entidade de classe dos membros da Defensoria Pública também como membro nato e 06 representantes estáveis da carreira, eleitos pelo voto direto.
 - (E) e 06 representantes estáveis da carreira, eleitos pelo voto direto.

95. A Lei Complementar nº 80/94 estabelece no artigo 4º, inciso XVI, que é função institucional da Defensoria Pública, dentre outras, exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei.

À luz do dispositivo acima citado, configura hipótese de atuação:

- I. em ação declaratória de união estável *post mortem* ajuizada contra a sucessão, representada por filho incapaz advindo da união cujo reconhecimento se pretende.
- II. ao réu revel citado com hora certa, enquanto não for constituído advogado.
- III. ao réu revel citado pessoalmente, enquanto não for constituído advogado.

Está correto o que consta APENAS de:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) I e III.
- (E) III.

96. Quanto às normas disciplinares no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, considere as seguintes afirmações:

- I. O curso da prescrição começa a fluir da data em que for cometida a falta e interrompe-se pela instauração do processo administrativo disciplinar.
- II. A pena de advertência será aplicada verbalmente, de forma reservada, nos casos de violação dos deveres e vedações funcionais, quando o fato não justificar imposição de pena mais grave.
- III. Quando a infração constituir também crime contra a administração pública, a prescrição regular-se-á pelas disposições da lei penal.
- IV. A suspensão acarretará a perda dos direitos e vantagens decorrentes, podendo ter início durante o período de férias ou de licenças.

Está correto o que consta APENAS de:

- (A) II e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I e III.
- (E) I, II e IV.



97. A respeito das prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, consoante dispõe a Lei Complementar nº 80/94, considere os itens a seguir:
- I. Receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos.
 - II. Comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, salvo se incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento.
 - III. Ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente.
 - IV. Representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais.
 - V. Quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de infração penal por membro da Defensoria Pública do Estado, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará imediatamente o fato ao Corregedor-Geral, que designará membro da Defensoria Pública para acompanhar a apuração.

Está correto o que consta APENAS de:

- (A) III, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) I, III e V.

98. No que se refere às funções institucionais da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 14.130/2012, considere os itens a seguir:

- I. A promoção prioritária da solução extrajudicial dos litígios, por meio de mediação, conciliação, arbitragem, sendo o instrumento resultante da composição válido como título executivo extrajudicial, salvo se celebrado com pessoa jurídica de direito público.
- II. Impetrar *habeas corpus*, mandado de injunção, *habeas data* e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução.
- III. Propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos, bem como a fixação e o reajuste dos subsídios de seus membros.
- IV. Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos.
- V. Executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores.

Está correto o que consta APENAS de:

- (A) III, IV e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, II e V.

99. O Código de Processo Civil de 2015 trouxe inovação reservando à Defensoria Pública um título próprio (artigos 185 a 187), afirmando a importância da Instituição na efetivação da assistência jurídica integral dos necessitados.

Nesse contexto, julgue o caso concreto:

Defensor Público no exercício da função, em ação de guarda, representando judicialmente a parte autora, não consegue estabelecer contato com esta, mesmo após ter enviado correspondência para comparecimento na Defensoria Pública, para dar-lhe ciência de que deverá atender determinação do juiz no sentido de comprovar, no prazo de 30 dias, o início do tratamento recomendado na avaliação psicológica realizada nos autos.

Nesse caso, o Defensor Público deverá requerer ao juiz

- (A) que seja expedido ofício ao Conselho Tutelar para que este diligencie junto ao endereço da parte autora, a fim de verificar a situação familiar.
- (B) a suspensão do processo para que se aguarde o comparecimento espontâneo da parte assistida.
- (C) a intimação pessoal, sob pena de extinção, porque o não atendimento à carta expedida faz presumir o desinteresse no prosseguimento da ação.
- (D) que seja dada vista ao Ministério Público.
- (E) a intimação pessoal da parte porque a providência somente por ela pode ser realizada ou prestada.

100. O Defensor Público que é intimado pessoalmente de sentença improcedente e, no caso concreto, entender incabível a interposição de recurso, deverá

- (A) comunicar ao Defensor Público-Geral do Estado.
- (B) encaminhar justificativa à Corregedoria-Geral.
- (C) dar ciência à parte assistida e comunicar ao Defensor Público-Geral do Estado.
- (D) comunicar ao Subdefensor Público-Geral para Assuntos Jurídicos.
- (E) comunicar ao Defensor Público-Geral do Estado e à Corregedoria-Geral.